

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA nº 1893 - MS (2019/0026949-8)**

**RELATORA : MIN. MARIA ISABEL GALLOTTI**

REQUERENTE : PARAISO AGROPECUARIA LIMITADA  
ADVOGADOS : JOÃO LUÍS GUIMARÃES - SP098613  
: FLAVIO JAIME DE MORAES JARDIM - DF017199  
: GABRIEL JOSE DE ORLEANS E BRAGANÇA - SP282419  
: LEANDRO DIAS PORTO BATISTA - DF036082  
REQUERIDO : MOACIR LACERDA DE MENEZES E OUTROS  
ADVOGADO : ALESSANDRO HENRIQUE NARDONI - MS014664

**DECISÃO**

Paraíso Agropecuária Ltda. propôs a presente tutela cautelar liminar em face de Moacir Lacerda de Menezes e outros, para o efeito de conferir efeito suspensivo ao Agravo em Recurso Especial 1.352.432/MS.

Alega que está na iminência de ter o único bem penhorado, no qual exerce a atividade produtiva, em virtude de dívida relativa à comissão de corretagem por venda do imóvel rural não consumada, no valor de R\$ 1.047.481,86 (um milhão, quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos - fl. 13), conforme progride a tramitação do Cumprimento Provisório da Sentença 0818384-38.2018.8.12.0001, o que poderia tornar irreversível a providência, com perecimento do direito sem assegurar a prestação jurisdicional e prejuízo irreparável.

O direito perseguido teria suporte na ausência de legitimidade para ocupar o polo passivo da ação de cobrança; na denúncia da lide ao real devedor da obrigação; e na prescrição do direito de haver a comissão de corretagem, além dos vícios processuais praticados no julgamento perante o TJMS, como a revelia indevidamente aplicada, contrariando a jurisprudência do STJ; e da vultosa condenação em verba honorária.

A demora do provimento judicial prejudica a requerente porque teria que se sujeitar aos atos expropriatórios, com provável dilapidação dos valores pelas pessoas físicas exequentes, sem possibilidade de reversão, devendo ser estancada a fase executória.

Assim delimitada a matéria, passo a decidir.

O AREsp 1.352.432/MS, por intermédio de decisão da Presidência desta Corte, não foi conhecido por força do veto da Súmula 182/STJ, em decorrência de que a

requerente não impugnou três dos quatro fundamentos da decisão de admissibilidade negativa do recurso especial (fls. 1.066/1.067 daqueles autos).

A viabilidade do pleito cautelar exige, em exame perfunctório, a aptidão do recurso para a reforma da decisão agravada ou, se o caso, do acórdão recorrido.

Inicialmente, cumpre transcrever a ementa do acórdão recorrido, proferido pela Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul na ação de cobrança subjacente (fls. 36/50):

APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA REQUERIDA - AÇÃO DE COBRANÇA - PRELIMINAR - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - HONORÁRIOS RECURSAIS - RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Não deve ser conhecido o recurso interposto pela parte que saiu vitoriosa na demanda, porquanto evidenciada a ausência de interesse recursal.

2. O não conhecimento do recurso implica fixação de honorários recursais em favor do patrono da parte contrária.

APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO ESPÓLIO REQUERENTE - AÇÃO DE COBRANÇA - JUSTIÇA GRATUITA - CONCESSÃO - COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - REVELIA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS NA PETIÇÃO INICIAL - COMISSÃO DE CORRETAGEM - ARTIGOS 722 E 725, DO CC - PAGAMENTO DEVIDO - REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO FRUTÍFERO DE INTERMEDIÇÃO DO CORRETOR - INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Com base no que dispõe o artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, esta Corte vem admitindo, em inúmeros julgados, que a concessão da benesse legal seja deferida àqueles que comprovem a insuficiência de recursos.

2. A mera revelia não é suficiente para a procedência da pretensão ou para tornar nula a sentença, já que a presunção de veracidade dos fatos constitui efeito juris tantum e não absoluto, de modo que a revelia não implica êxito automático da pretensão buscada pelo autor.

APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO REQUERENTE - AÇÃO DE COBRANÇA - REVELIA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS NA PETIÇÃO

INICIAL - COMISSÃO DE CORRETAGEM - ARTIGOS 722 E 725, DO CC - PAGAMENTO DEVIDO - REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO FRUTÍFERO DE INTERMEDIÇÃO DO CORRETOR - INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A mera revelia não é suficiente para a procedência da pretensão ou para tornar nula a sentença, já que a presunção de veracidade dos fatos constitui efeito *juris tantum* e não absoluto, de modo que a revelia não implica êxito automático da pretensão buscada pelo autor.

2. Em conformidade com o entendimento jurisprudencial consolidado, a mera aproximação das partes para que se inicie o processo de negociação no sentido da compra de determinado bem, não justifica o pagamento de comissão de corretagem.

Verifica-se, efetivamente, que a parte requerente não impugnou, especificamente, todos os fundamentos da decisão que negou seguimento ao recurso especial, de modo que há aparente ausência de plausibilidade da alegação da existência do *fumus boni juris*.

O perecimento da motivação que alicerça o especial, por conseguinte, não apresenta possibilidade de reversão.

No caso, deixou de contestar a incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ, aplicada tanto ao percentual dos honorários advocatícios quanto ao cabimento da comissão de corretagem.

Não consta qualquer cotejo analítico de acórdão indicado paradigma, apenas a mera transcrição de ementas, o que não satisfaz o comando legal.

A decisão agravada, por outro lado, não apontou ausência de prequestionamento.

Consigne-se, ademais, que é impossível o exame de fundamento autônomo sem que todos os demais tenham sido impugnados.

Esclareça-se, a esse propósito, que em respeito ao princípio da dialeticidade os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica a todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento dos requisitos exigidos no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015 (correspondente ao artigo 544, § 4º, inciso I, do

CPC de 1973), segundo o qual não se conhece do agravo que não ataca especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.

O enunciado 182 da Súmula do STJ, aplicado pela decisão da Presidência do STJ, contudo, refere-se a impugnação precisa de todas as razões da decisão impugnada, pois, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento dos requisitos exigidos pelo art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA N. 182/STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos do art. 1021, § 1º, do CPC/2015, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula n. 182/STJ.

2. Agravo interno não conhecido.

(Quarta Turma, AgInt no AREsp 968.815/RS, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, DJe de 10.2.2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O agravo interno não impugnou as razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, o não conhecimento do agravo em recurso especial por ter sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 544, § 4º, I, do CPC/73. Incidência da Súmula nº 182 do STJ e violação do art. 1021, § 1º, do NCPC.

3. Agravo interno não conhecido.

(Terceira Turma, AgInt no AREsp 878.403/RS, Rel. Ministro

MOURA RIBEIRO, DJe de 23.6.2016)

PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO ADOTADO PELA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Inviável a apreciação do agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, incidindo, portanto, a Súmula 182/STJ, que tem supedâneo nos arts. 932, III, e 1021, § 1º, do CPC/2015.

2. Agravo interno não conhecido.

(Primeira Turma, AgInt no AREsp 1.003.302/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 7.3.2017)

Em recente precedente da Corte Especial, firmado por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial 746.775/PR, do qual foi relator para acórdão o Ministro Luís Felipe Salomão, ratificou esse entendimento.

Na ocasião, o Colegiado, por maioria, decidiu que não há possibilidade de impugnação parcial da decisão que deixa de admitir o recurso especial, uma vez que implicaria exame indevido de questões já atingidas pela preclusão consumativa, decorrente da inércia da parte agravante em se insurgir no momento oportuno, pois o conhecimento do agravo obriga ao STJ a conhecer de todos os fundamentos do recurso especial.

Confira-se abaixo a ementa do mencionado julgado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado *especificamente* os fundamentos da decisão agravada" - o que foi

reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(Corte Especial, EAREsp 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Ministro LUÍS FELIPE SALOMÃO, DJe de 30.11.2018)

Assim, não se vislumbra a possibilidade de reparos na decisão proferida pela Presidência desta Corte.

Identificada a ausência em conjunto os requisitos indispensáveis da medida, fica prejudicado o exame do *periculum in mora*.

Em face do exposto, indefiro liminarmente a inicial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora